

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Departamento Regional do Maranhão

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO SENAC - MA

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional do Maranhão

José Arteiro da Silva
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão.

José Ahirton Batista Lopes
Diretor Regional

Cláudio Soares Cordeiro
Diretor de Gestão

Daniela de Fátima Nogueira da Silva
Diretora de Educação Profissional

José Alexandre da Silveira Júnior
Diretor de Planejamento, Finanças e Orçamento

Equipe de Atualização – Redação

Daniela de Fátima Nogueira da Silva
Maria Claudinete Silva de Souza
Adriana Fernandes Garcês Santos
Adrielly Cutrim Campos
Nathallia Cristinny Cerqueira Matos

Assessoria Pedagógica

Maria Claudinete Silva de Souza
Talita Cristina Neves Avelar
Alexandre Viana Verde
Thássya Inês Mendonça Silva

Assessoria de Programas Especiais

Maria Leuda de Oliveira Lima

Gerentes/Coordenadores

Acilina Maria Barros Coelho
Cristina Camelo Silva
Flory Gomes Guimarães
Josiane Fontenele de Alcobaça
Lavina Souza Amorim
Liniane Tereza Colares Nogueira
Maria de Jesus Pereira
Mauro Sérgio da Silva Diniz
Raquel Vieira Paula Pereira
Rosilene Bonfim dos Reis
Tamires Correa Frazão da Silva

Adriana Fernandes Garcês Santos
Adriana Mesquita Lima
Adriano Ferreira da Silva Neto
Adrielly Cutrim Campos
Ana Paula Maia Chaves
Ângela de Melo Santos
Antonilda Simão Trovão
Claudia Michele Medeiros Alvarez
Cristiane Silva Sousa
Eucilene de Sousa Lima
Josiclea Viana de Jesus
Keyla de Jesus Penha Castro
Maria Odenira C. Moura Diniz
Marlúvia Macatrão Costa Chaves
Najla Michelle de V. Carvalho
Nathalia Melo Carvalho
Nathallia Cristinny Cerqueira Matos
Rosângela de Moraes Martins

Analista de Aprendizagem Comercial I
Bibliotecário

Maria dos Remédios Costa Araújo
Normatização Bibliográfica

Revisão Ortográfica

Anderson Reginaldo de Oliveira
Flávia Borges Almeida

Arte Gráfica

Thiago de Jesus Silva Ferreira (capa)
Talita Cristina Neves Avelar (interna)

Analistas de Educação Profissional I

S474p

SENAC DR - MA. **Projeto Político Pedagógico**, São Luís: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 2016. 55p.

1. Projeto Político Pedagógico (PPP). 2. SENAC/DR/MA. 3. Proposta Pedagógica. I. Título.

CDD 370

Referências bibliográficas de acordo com as normas de documentação adotadas pelo sistema SENAC.

SENAC/DR/MA
Avenida dos Holandeses, S/N, quadra 04, bairro Jardim Renascença
Fone 3194-6401/6406
São Luís – MA
www.ma.senac.br
dep@ma.senac.br

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo nortear as concepções e práticas do Senac-MA, constituindo-se como fruto de reuniões e debates entre todos os segmentos da comunidade escolar, na qual professores, coordenação, supervisão, assessoria pedagógica e diretoria educacional, propondo construir caminhos viáveis para a melhoria da Educação Profissional no Estado do Maranhão e, concretizar a missão institucional de: “Educar para o trabalho em atividades do Comércio de Bens, Serviços e Turismo”, buscam por meio deste documento o alinhamento do Modelo Pedagógico através das suas ações desenvolvidas ao longo da trajetória da instituição.

Com a visão de “Ser a instituição brasileira que oferece as melhores soluções em Educação Profissional, reconhecida pelas empresas”, e como compromisso social de formar o sujeito pleno, autônomo, eficiente e consciente de sua prática profissional, o Senac-MA, acreditando na educação enquanto instrumento de enfrentamento das desigualdades sociais, propõe uma educação com princípios emancipadores, politizadores e com foco no desenvolvimento social e pessoal.

Com base no estabelecimento do compromisso institucional no que tange o social, o político, o econômico e o educacional, busca-se concretizar o posicionamento da instituição no cenário maranhense enquanto escola de Educação Profissional com maior compromisso no desenvolvimento da população local e conseqüentemente da região.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TRABALHO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO.....	7
2.1 Educação Profissional no Brasil.....	9
2.2 Histórico e Tendências da Indústria e do Comércio Maranhense	12
3. O SENAC NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	14
3.1 Posicionamento Estratégico	16
4. ESTRUTURA CURRICULAR.....	18
4.1 Proposta pedagógica	22
4.1.1 Princípios Filosóficos.....	25
4.1.2 Princípios Pedagógicos	26
4.2 Sistemática de Acompanhamento Discente	29
4.3 Aproveitamento de estudos	31
5. O PERFIL DOCENTE	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

A história da educação brasileira tem sido marcada e se acentuado nos últimos anos por influências diretas e indiretas de determinantes pedagógicos, políticos e econômicos que interferem diretamente no andamento das propostas educacionais do país, e, com fortes influências das demandas internacionais sob a ótica capitalista, é regida por políticas internacionais de fundos de investimento e controle.

A complexificação das estruturas e das relações sociais, a difusão de novas tecnologias que invadem o cotidiano de todos os sujeitos, assim como a informática, os meios avançados de telecomunicações e demais fatores, se constituem como novos elementos que passam fazer parte da atual configuração social. Participar da sociedade contemporânea exige dos indivíduos uma gama de conhecimentos que estejam em consonância com a dinamicidade social, pois esses processos, quando não entendidos ou acompanhados, podem ser, acima de tudo, excludentes.

Portanto, a cada surgimento de um novo paradigma, novas exigências tendem a eclodir. Considerando que nem todos os setores sociais são beneficiados, e caso os indivíduos não se adequem às novas demandas em evidência ficarão à margem da sociedade, tendo como sanção a exclusão dos processos sociais, fazendo desse indivíduo alguém anacrônico e obsoleto.

No âmbito educacional esses processos não ocorrem de forma diferente, pois todos precisam se atualizar constantemente, uma vez que a escola possui como função o oferecimento de uma formação crítica, reflexiva e com base no princípio da autonomia, a fim de promover o desenvolvimento integral do aluno, contribuindo para a inserção de todos na sociedade, e conseqüentemente uma possível equalização das oportunidades, garantia da dignidade humana e uma efetivação da democracia social.

É necessário frisar que a partir do século XIX, se consolidando no século XX, educação e trabalho adquirem uma nova conotação, pois se tornam sinônimos que tangem a vida social se entrelaçando em uma relação de causalidade, na qual a educação perde o sentido puramente humanístico e adquire um caráter preparatório a atuação profissional, ou seja, a educação é fruto e constituinte social, e em período de consolidação do sistema capitalista, caracterizado pela dinamicidade das

relações de trabalho, especializações profissionais e novas formas de acúmulo de capital.

A educação se torna pilar dessa concepção e isso reverbera nas políticas e práticas educacionais, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, “Lei nº 9.934/96 Art.1º, § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Diante do cenário atual, com base na dinamicidade do mundo do trabalho, das especializações e exigências profissionais, devemos buscar conhecimentos que contribuam com o acúmulo de capital cultural, seja através da formação inicial ou continuada, de modo consistente para que possamos contribuir de forma eficiente e eficaz na sociedade, sem perder de vista seus valores e ideais.

As mudanças nos requisitos de qualificação dos profissionais podem tanto potencializar os mecanismos de exclusão social, quanto podem atuar como um instrumento importante para a construção da cidadania, inclusão social, inclusão digital, repercutindo por sua vez no crescimento econômico do Estado.

Neste sentido, torna-se imprescindível, no mundo globalizado e implacavelmente exigente, a qualificação profissional, o aperfeiçoamento e a especialização dos conhecimentos, o que renova a capacidade do indivíduo, no que tange a adaptar-se às novas demandas. Em decorrência desse panorama, a instituição escolar passa a ser um espaço que contribui para enfrentamento dos desafios e exigências emanadas atualmente, especialmente como fator estratégico no que se refere à Educação Profissional.

Portanto, é necessário frisar a importância do Projeto Político Pedagógico enquanto documento norteador das práticas e concepções das escolas, sendo imprescindível a construção participativa, sendo fruto de reuniões e debates entre todos os segmentos da comunidade escolar, pois este conduz a uma ampla percepção da instituição, contextualizando a realidade onde está inserida e definindo as ações pedagógicas e administrativas que são parte fundamental para o enfrentamento estratégico dos desafios e alcance das metas e objetivos educacionais.

Desse modo, deve ser vivenciado por todos os envolvidos no processo educativo da Instituição de Ensino, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 11/2012, p.3, ao tratar da autonomia da escola:

XIII – autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

O Projeto Político Pedagógico do Senac-MA tem a finalidade de estabelecer o posicionamento sociopolítico da Instituição, declarando suas intenções educativas e definindo sua proposta de Educação Profissional propondo a todo o seu corpo diretivo, docente, discente, técnico-administrativo e pedagógico a criação de alternativas de (re) significação e transformação da sua prática, partindo do exercício de ação-reflexão-ação, amparado na metodologia de desenvolvimento de competências.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac/MA prima pela conformidade aos marcos institucionais normativos que regem a Educação Profissional, orientando-se para o cumprimento da missão institucional de educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo por meio de serviços educacionais diversificados e extensivos a todos.

Por ser um documento norteador de todas as práticas pedagógicas, o referido projeto, está alinhado à estrutura conceitual e regulamentar da Educação Profissional, as Diretrizes do Modelo Pedagógico no Senac em consonância com a Lei nº9.394/96, regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012 e demais Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica vigentes no país.

Outro aspecto fundamental, diz respeito aos princípios educacionais, filosóficos, pedagógicos e às marcas formativas preconizadas no Modelo Pedagógico discutido e alinhado nacionalmente.

Ratifica-se ainda, o alinhamento ao planejamento estratégico do Senac Nacional, principalmente em seu objetivo de expandir e qualificar a oferta educacional da Instituição em todos os segmentos e modalidades da Educação Profissional, a partir de programas unificados que garantam o posicionamento e fortaleçam a unidade institucional nos cenários nacional e internacional.

O ingresso do Senac no Sistema Federal de Ensino é regido pelo disposto no Art. nº 20-A da Lei nº 12.513/2011, alterada pela Lei nº 12.816/2013, os dispositivos da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com a redação dada pela Lei nº 11.741/2008 e, internamente, pela Resolução do Conselho

Nacional do Senac que trata da integração institucional ao Sistema Federal de Ensino.

Todas as mudanças aqui citadas interferem na Educação Profissional, demandando, inclusive, alterações de ordem legal, destacando-se a Resolução CNE/CEB nº6, de 20 de setembro de 2012, regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e a Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, que institui e implanta o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

E ainda, a Lei nº. 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera os dispositivos da Lei nº. 9.394/96, com vista a redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional e tecnológica. Por fim, a Lei nº 12.513/2011, de 26 de outubro de 2011, alterada pela Lei nº 12.816/2013, de 5 de junho de 2013, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e entre outras disposições, dá outras providências sobre a autonomia do Senac, como por exemplo no que tange o Art. 20 que versa,

§ 1º As instituições de Educação Profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada dos serviços nacionais de aprendizagem terão autonomia para criação de cursos e programas de Educação Profissional e tecnológica, com autorização do órgão colegiado superior do respectivo departamento regional da entidade.

Esses dispositivos legais constituem os princípios norteadores que possibilitam a criação de novos cursos e programas de educação profissional e tecnológica, permitindo a articulação da educação profissional técnica com o ensino médio. A autonomia institucional permite, além da organização dos eixos tecnológicos, orientação para a elaboração dos planos de cursos e suas respectivas cargas horárias, e atualização permanente dos seus cursos e currículos conforme as necessidades locais.

Acredita-se que, do ponto de vista institucional, o Projeto Político Pedagógico juntamente com o Regimento Escolar Interno, compõem a arquitetura educacional do Departamento Regional do Senac no Maranhão como ferramentas que contribuem para o bom funcionamento da Instituição, uma vez que constituem as referências para promover o desenvolvimento de competências relacionadas à pesquisa, à experimentação e utilização das constantes inovações tecnológicas,

devendo ser, ainda, difusor de uma visão de mundo completa, a fim de possibilitar a formação integral do discente, enfatizando sua capacidade de ser crítico.

2. A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TRABALHO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO.

Na história da humanidade, a educação sempre esteve voltada a suprir as necessidades do povo ou de seu governo. A Grécia antiga visava à preparação dos jovens para as relações com as cidades-estado. Cada uma delas possuía características diferentes e seus sistemas educacionais deveriam adaptar-se, preparando adequadamente a juventude, de acordo com as necessidades essenciais da vida.

Em Esparta, oferecida pelo Estado, a educação era voltada para a preparação dos soldados. Dos 7 aos 20 anos os espartanos do sexo masculino eram entregues aos cuidados do ensino estatal e recebiam o pouco do conhecimento letrado que sua formação lhe dispensaria. Eram submetidos a um rigoroso regime de treinamento militar denominado de *Agogê*, que envolvia o manejo de armas, a prática de esportes, técnicas de batalha e de trabalho em grupo. Assim, a alfabetização ficava em segundo plano.

Na Idade Média, o processo de educação passou a ser de responsabilidade da igreja. As escolas funcionavam anexas às catedrais ou às escolas monásticas e atendiam aos filhos dos senhores feudais.

Nesse contexto, os clérigos regidos pelo sistema do feudalismo, lecionavam as chamadas sete artes liberais: gramática, retórica, lógica, aritmética, geografia, astronomia e música, que mais tarde formariam o curriculum das primeiras universidades, sendo parte do nosso legado educacional contemporâneo.

À medida que a civilização avançava e as guerras ficavam menos constantes, a especialização no trabalho, voltada para a produção de bens de consumo, sofreu um aumento que desencadeou o surgimento de um novo grupo social: os artesãos. Este grupo se encarregava da produção e comercialização dos objetos de uso da sociedade como tecidos, armas, objetos de cerâmica, entre outros.

Esses artesãos agrupavam-se em corporações configuradas nas categorias de aprendizes, oficiais e mestres. O aprendizado era concebido dentro

das oficinas, passado de pai para filho, na maior parte das vezes. A produtividade dessas oficinas era baixa, já que o trabalho era feito manualmente por uma só pessoa, do início ao fim. O profissional deveria conhecer todas as fases de produção do bem, desde a retirada das matérias-primas até o acabamento final de cada peça.

Entretanto, com o crescimento do mercantilismo em detrimento da produção feudal, até o século XIX, praticamente todos os Estados europeus se organizaram a partir de relações capitalistas.

Com a Revolução Industrial (termo aplicado às transformações econômicas e tecnológicas iniciadas na Inglaterra, entre o século XVIII e o XIX), a forma de produção sofreu profundas mudanças. O desenvolvimento de mecanismos, tais como, a máquina a vapor e o tear mecânico, permitiram o crescimento da produtividade e a racionalização do trabalho.

A forma de produção artesanal de bens muda e leva o aprendizado para o mesmo caminho. A Revolução Industrial concentra os empregados em fábricas e altera profundamente o caráter do trabalho.

Enquanto os artesãos deixaram de trabalhar em suas oficinas participando de todo o processo produtivo, para se dedicar a apenas uma parte da produção nas indústrias, o desenvolvimento político e econômico gerou as classes burguesa e proletária, ambas voltadas à manutenção das forças produtivas e das relações entre sociedade e consumo.

A partir desse cenário de divisão social, o trabalho passa a ser concebido de modo ideológico como uma tarefa simplória, voltada à parcela menos favorecida da sociedade enquanto a classe dominante alheia a tal atividade se apropriava do trabalho de outros. Assim, a formação do trabalhador ocorria no próprio local de trabalho, voltada às demandas da indústria e da reprodução das relações de produção.

Já a educação da classe dominante pautava-se em conhecimentos práticos, úteis às negociações burguesas, como filosofia, política e retórica, cumprindo seu papel de legitimar o caráter dominador sobre a classe explorada.

2.1 Educação Profissional no Brasil

Partindo da ideia de trabalho enquanto “ação humana que transforma a natureza em riqueza e que fundamenta a vida humana” (CASSIN, 2008, p. 02) se pode perceber os últimos cem anos como um período marcado por diversas mudanças que margeavam diferentes aspectos do cotidiano social como economia, política e educação.

Historicamente, a educação brasileira tem sido marcada pela ocorrência de dois modelos distintos de educação, sendo um para a elite e outro para a classe trabalhadora. Uma dualidade evidenciada pela forma como foi concebida e pela maneira pela qual é vivenciada a educação no país.

Na época do Brasil Colônia, de economia agroexportadora, o período pós-manufatura conhecido como Taylorista-Fordista, intensificou a produção e o consumo dividiu e hierarquizou o trabalho, estabelecendo relações diferenciadas entre operários e dirigentes, e implantou a produção de bens homogêneos e um rigoroso controle de qualidade nas fábricas.

Nesse período, a grande mudança imposta foi a divisão entre o trabalho manual e o intelectual, entre o fazer e o pensar. Aos operários cabia executar, sob a supervisão de trabalhadores de nível intermediário, as tarefas concebidas e planejadas pela classe dirigente. Como consequência, os trabalhadores executavam tarefas simples e repetitivas, que exigiam pouca (ou nenhuma) qualificação.

Dependente da mão-de-obra escrava e submetida à política colonial de opressão, não se exigia qualificação para o trabalho. A produção era atribuição exclusiva dos escravos, portanto, a formação intelectual da elite nacional era voltada ao bacharelismo e para a burocracia, resultando num ensino predominantemente clássico, que priorizava a literatura e a retórica em detrimento das ciências e da atividade manual, aumentando o abismo entre os letrados e a maioria da população analfabeta.

Nesse contexto arbitrário, é tratada a Educação Profissional do país, com o objetivo de amparar os órfãos e demais “desvalidos da sorte”, assumindo o caráter assistencialista, que marca toda a sua história.

A primeira iniciativa governamental direcionada à profissionalização data do período imperial com a criação do colégio das fábricas, a escola de Belas Artes e

a construção de “casas de artífices” para atender prioritariamente os menores abandonados.

Somente na metade do século XIX são fundados os Liceus de Artes e Ofícios, algumas escolas de comércio e outras de agricultura. A implantação dessas instituições fez surgir esperanças de mudanças no campo educacional. Entretanto, a Educação Profissional continuava sustentando o perfil assistencial de períodos anteriores.

Entre 1906 e 1910, destaca-se um esforço público no sentido de preparar operários para o exercício técnico-profissional, momento em que a qualificação para o trabalho passa a ser atribuição do Ministério da Indústria e Comércio. A partir de então, efetiva-se uma política de incentivo ao desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola.

Na década de 1920, surge uma série de debates sobre a expansão do ensino profissional, promovidos pela Câmara de Deputados, que daria uma nova tônica à questão, ao propor sua extensão a ricos e pobres, e não mais, apenas, aos desafortunados.

Na década de 1930, o processo de industrialização do país iniciava e consolidava-se como marco referencial na história da política educacional nacional. Nesse ínterim, a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque – e a conseqüente crise do café – contribuiu para a implantação da indústria de bens de consumo, tendo em vista o grande consumo de bens, até então, importados. Tal fase, denominada industrialização por substituição das importações, culminou com a criação de um maior número de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários às novas exigências do mercado produtivo.

Na segunda metade do século XX, com os avanços tecnológicos, o processo de produção torna-se flexível, passando a exigir investimento em pesquisa e controle de qualidade, formação de equipes de trabalho – as chamadas células de produção – demandando mão de obra qualificada e níveis mais elevados de educação profissional.

O modo de produção passa gradativamente de um aspecto mecânico a um eletrônico. Nesse período, as indústrias no Brasil e no mundo passam a contar com certo nível de racionalização do trabalho, além da incorporação de sistemas técnico-eletrônicos. Graças às mudanças vivenciadas pelos atos humanos de

organizar e sistematizar sua existência através do trabalho, outro aspecto da vida também sofre aprimoramentos: a educação.

As novas tecnologias e as mudanças na política e na economia reestruturaram o processo produtivo e impõem, apesar da produção em massa de bens de consumo, a necessidade de um trabalho criativo, baseado na lógica da flexibilidade do conhecimento e da educação profissional, na perspectiva de formar trabalhadores com autonomia e consciência crítica em suas relações com o mundo.

A partir da Constituição de 1937, é tratado, pela primeira vez, acerca das escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, obrigação que deveria ser cumprida em parceria com as indústrias e os sindicatos patronais (classes produtoras), aos quais caberia criar, na esfera de suas especialidades, as escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários e associados.

Com a determinação constitucional de encarar o ensino vocacional e pré-vocacional como dever do Estado (cumprido por empresas e sindicatos) foram criadas as Leis Orgânicas da Educação Nacional: do Ensino Secundário (1942), do Ensino Comercial (1943) e do Ensino Primário, Normal e Agrícola (1946), visando à formação de profissionais para a indústria e o comércio.

Embora tenham representado um esforço de sistematização da política educacional brasileira, o texto das leis orgânicas da Educação Nacional mantém o caráter dualista ao afirmar como objetivo do Ensino Secundário e Normal: “[...] formar as elites condutoras do país [...]”, cabendo ao Ensino Profissional oferecer “[...] formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho [...]”.

Nesse contexto, a linha de ação de Instituições como o Senac e o Senai basearam-se, durante muito tempo, no treinamento de técnicas para preenchimento de postos de trabalho bem definidos, com ênfase na preparação para o fazer.

Todavia, segundo Bonamino (2006), foi a partir do término do Estado Novo, com o advento das massas no cenário político, que se tornou possível a quebra dessa estrutura dual.

Sendo assim, a Educação Profissional deve associar teoria e prática, no intuito de promover o desenvolvimento de competências relacionadas à pesquisa, à experimentação e utilização das constantes inovações tecnológicas. Ela deve ser

difusora de uma visão de mundo completa e possibilitar a formação integral e, acima de tudo, crítica.

Esta perspectiva de educação aliada ao exercício da cidadania torna-se necessária diante do contexto atual do nosso país, no qual a situação econômica vem causando grande preocupação, por gerar consequentes crises sociais e culturais, refletindo em todos os âmbitos da sociedade.

Tais evidências nos ajudam a concluir, o quanto a educação tem um papel fundamental na sociedade como catalisador das desigualdades, pois dá condições a cada indivíduo de agir de forma reflexiva e assertiva ao seu redor, ampliando as chances de reverter este cenário de crise que assola tanto o Brasil quanto os demais países.

2.2 Histórico e Tendências da Indústria e do Comércio Maranhense

Até meados do século XIX a estrutura econômica do Maranhão esteve sob influência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que baseado no modelo pombalino, estava voltada para a exportação da monocultura algodoeira e canavieira. A produção algodoeira logo foi superada pela produção Norte Americana de alta qualidade. Já a produção de cana de açúcar não suportou a concorrência Cubana, que superou os arcaicos engenhos do vale do Itapecuru e Pindaré, haja vista a transição do escravismo para o trabalho assalariado no cenário internacional.

O declínio da agroindústria impulsionou o crescimento das indústrias de pequeno e médio porte voltadas para a produção de bens de consumo: calçados, produtos têxteis, fósforo e pregos.

A inexistência de um setor agrícola forte, a ausência da indústria de base, o frequente êxodo rural e a crise do parque fabril, impulsionaram o aumento da dependência econômica do Estado, assim como, sua decadência frente ao restante do país, pois muitas fábricas não saíram da planificação, deixando uma parcela da indústria têxtil como responsável pela manutenção da economia local, ainda que de forma debilitada, dependendo da queda dos concorrentes, acarretando a falência gradativa do setor que sobreviveu até meados da década de 1960, especialmente na capital do Estado e nos municípios de Caxias e Codó.

Com a queda da produção têxtil, a industrialização maranhense migrou para o setor de gêneros alimentícios, utilizando como matéria-prima os produtos de extração vegetal oriundos da agropecuária. Assim, o extrativismo vegetal e a agricultura de subsistência vêm cedendo espaço para o desenvolvimento agrícola e industrial, devido ao posicionamento do Estado como corredor de minérios para exportação.

Na segunda metade do século XX, o Estado iniciou um processo de formação de infraestrutura com a construção do porto do Itaqui e a Hidrelétrica de Boa Esperança, despontando como um dos mais importantes pólos industriais do Brasil. Tal vocação foi alimentada na década de 1980 com a construção da Estrada de Ferro Carajás, do terminal da Companhia Vale do Rio Doce e do complexo de produção de Alumina e Alumínio do Consórcio ALUMAR.

Outrossim, graças as iniciativas dos imigrantes do sul e centro sul do país, que atraídos pelo baixo preço inicial das terras e mais recentemente pela infraestrutura criada pelo Programa Corredor de Exportação Norte, o Maranhão tornou-se um importante polo da produção de soja a partir dos anos 2000, principalmente na região sul do Estado e na região do Baixo Parnaíba.

Além do aspecto econômico, vale salientar a riqueza do cenário cultural do Estado, cercado por belezas naturais e repleto de atrativos culturais, históricos e arquitetônicos. Assim, o turismo praticado pode ser classificado em dois tipos: turismo ecológico e turismo cultural/religioso. São Luís, porta de entrada para os principais pontos turísticos do Estado, alcançou em 1997 o título de cidade Patrimônio Histórico da Humanidade concedido pela UNESCO, o que aumentou a diversidade de produtos e serviços ofertados pelo mercado de trabalho local.

Esse cenário se constitui em um importante referencial para as ações de qualificação. Assim, a diversidade do contexto cultural e histórico maranhense amplia a competitividade do trabalhador maranhense da indústria e comércio de bens, serviços e turismo, o que por sua vez demanda maior qualificação profissional.

Um estudo divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em novembro de 2014, apresentou que 15,6% das riquezas maranhenses são geradas pelo setor industrial, este dado é de grande relevância, pois mostra o espaço crescente e o impacto sobre outros segmentos que aumentam com arrecadações.

Atualmente, o cenário econômico, social e cultural que produz receios quanto a sua estabilidade diante da crise de âmbito global, nos remete ao diferencial que a qualificação profissional traz ao mundo do trabalho cada vez mais seletivo.

3. O SENAC NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – foi criado em 10 de janeiro de 1946, pelo Decreto-Lei nº 8.621 do Governo Federal, com o objetivo de contribuir para a valorização do trabalhador, fornecendo-lhe oportunidades de qualificação profissional nas diversas áreas do conhecimento humano e proporcionando-lhe maior possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a Constituição, sanciona o Decreto nº 61.843, de 5 de dezembro de 1967, alterado e acrescido pelo Decreto nº 6.633 de 5 de novembro de 2008, que regulamenta o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dá outras providências, Capítulo VIII, art. 29, que trata sobre a renda do Senac:

§ 1º A título de remuneração pelas despesas de arrecadação de que trata o caput, o órgão arrecadador deduzirá do montante arrecadado: (Redação dada pelo Decreto nº 6.633, de 2008)

- a) Três e meio por cento nos recolhimentos por via administrativa; (Redação dada pelo Decreto nº 6.633, de 2008)
- b) Importância a ser fixada em convênio, quando se tornar necessária a cobrança judicial.

Estes recursos são destinados à manutenção da entidade sem acarretar qualquer despesa aos empregados ou ao governo. A organização e a administração da Instituição ficariam a cargo da Confederação Nacional do Comércio – CNC, órgão máximo de representação sindical do empresariado do comércio e dos serviços.

Nos primeiros anos de funcionamento, as ações do Senac estiveram mais voltadas para os menores empregados em firmas comerciais – os menores aprendizes que, por motivos contratuais, eram encaminhados por seus empregadores às escolas de comércio então existentes, para completar os estudos de caráter profissionalizante.

Foi a partir de 1960 que o Senac deu início à qualificação de jovens e adultos para ocupar postos de trabalho, estivessem eles vinculados ou não ao comércio, transformando a instituição aberta a toda a sociedade. Sua missão estava

voltada para atender à demanda para o ingresso no mercado de trabalho, coerente com o pensamento da época.

No Maranhão, o Senac foi criado em 24 de julho de 1947, sob a forma de Delegacia. Em decorrência do reconhecimento da Federação do Comércio do Estado do Maranhão, em 18 de setembro de 1953, foi definitivamente transformado em Administração Regional, possuindo administração própria. Desde então, o Senac-MA, presidido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão, vem evoluindo permanentemente, com o objetivo de ampliar seus serviços e garantir uma Educação Profissional de qualidade, adequada ao mercado de trabalho maranhense.

Atualmente, a Instituição encontra-se organizada por meio de Centros de Educação Profissional e Postos Avançados, localizados na capital e nos principais municípios do Estado como Imperatriz, Caxias, Bacabal, Santa Inês, Balsas, Codó e Timon.

Além dessas unidades, existem as Carretas-Escola gerenciadas pela Unidade Móvel. São elas: Carreta-Escola de Turismo e Hotelaria; Moda e Beleza e, Administração e Informática. Todas funcionam como laboratórios de aprendizagem, com salas-ambiente e mobiliário apropriado para oferecer as programações dos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde; Segurança; Turismo, Hospitalidade e Lazer; e Informação e Comunicação.

O público que recorre aos serviços do Senac é bastante heterogêneo, composto por pessoas de todas as classes sociais, faixa etária, escolaridade e gênero. Entretanto, há predominância de três grupos de interesse: pessoas que buscam qualificação para inserir-se no mundo do trabalho, profissionais que almejam uma formação continuada e os que visam à qualificação para geração de renda.

O público-alvo da instituição é formado ainda por jovens que anseiam por uma oportunidade profissional e veem na Formação Inicial e Continuada e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio um caminho mais acessível para esse fim.

Atento à inclusão social, o Senac-MA possui desde o ano de 2005 o Programa de Inclusão Social – “Senac faz sua parte” que apresenta caráter transformador e de alto impacto social. É desenvolvido basicamente em comunidades carentes dos seguintes municípios: São Luís, Caxias, Bacabal, Santa

Inês e Imperatriz, tendo como objetivo principal gerar trabalho e renda contribuindo para melhoria da qualidade de vida das pessoas e a instauração da cidadania dos indivíduos.

As ações do programa são efetivadas por meio de parcerias firmadas junto às lideranças comunitárias que funcionam como catalisadores e articuladores na comunidade local, ratificando, dessa forma, a função social do SENAC.

Contudo, para aqueles que não dispõem de tempo para frequentar um curso regularmente, a Instituição oferece programações pela modalidade Educação a Distância – EAD, onde o próprio aluno é capaz de gerenciar seus estudos, decidindo quando, quanto e como vai estudar. Utiliza-se, para isto, de diferentes materiais didáticos, como: livros, programas em vídeo e rádio, além de softwares. Conta ainda com o apoio de orientadores de aprendizagem que fazem o acompanhamento presencial ou à distância, utilizando os diferentes meios de comunicação como telefone, fax, correio eletrônico (e-mail) ou correio convencional; promovem encontros presenciais visando fortalecer a socialização e a interação entre os participantes.

Corroborando com essa modalidade, destaca-se o polo Senac no Maranhão que, em 19 de abril de 2016, obteve o conceito máximo do MEC, materializado por meio da nota 05 (cinco), estando por sua vez devidamente credenciado para oferta do primeiro curso de Graduação em Tecnologia de Marketing na modalidade EAD a partir de 2017.

3.1 Posicionamento Estratégico

Pensar o futuro, olhar à frente e tomar decisões depende de estratégias que servem como guia orientador que conduz a organização rumo a uma meta que surge da integração de elementos e decisões. Por essa razão, não há como se falar de um planejamento estratégico sem sistematização e decisões integradas.

Nesse sentido, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac tem como missão institucional “Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo” e como visão de futuro: ser a instituição brasileira que oferece as melhores soluções em Educação Profissional, reconhecida pelas empresas devendo, portanto, desenvolver os seguintes valores:

- ✓ Transparência;
- ✓ Excelência;
- ✓ Inclusão Social;
- ✓ Inovação;
- ✓ Atitude Empreendedora;
- ✓ Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Educação Para a Autonomia.

Em consonância com a missão, visão e valores a instituição possui em seu planejamento estratégico quatro perspectivas que se desenvolvem por meio dos objetivos estratégicos a serem alcançados para o quadriênio 2016-2019, conforme mapa estratégico abaixo:



Destaca-se que para cada perspectiva há objetivos estratégicos com indicadores que servem de parâmetro para as metas previstas no planejamento das ações da instituição.

Segundo Loasby (1967, apud MINTZBERG, 2007), planejar é olhar para o futuro de forma sistemática, visando projetar as implicações futuras das decisões presentes. Portanto, para as organizações, planejar é quase sinônimo de administrar, visto que administrar significa controlar recursos a partir de um olhar à

frente. Fayol dizia que “[...] se previsão não é a totalidade da administração, no mínimo constitui uma parte essencial dela.”

As metas anuais são planejadas com a participação do corpo gerencial, técnico e pedagógico, visando atender à comunidade que forma a Instituição. Ao corpo diretivo cabe coordenar, acompanhar e avaliar o planejamento das atividades, proporcionando, assim, a articulação dos diversos serviços.

Dessa forma, a Direção Regional desenvolve uma gestão participativa através de três diretorias: Diretoria de Educação Profissional, Diretoria de Planejamento, Finanças e Orçamento e Diretoria de Gestão que, juntas, discutem, refletem e tomam decisões sobre questões pedagógicas, financeiras e administrativas de forma a orientar as ações educacionais propostas pelas unidades.

4. ESTRUTURA CURRICULAR

Segundo a proposta do Modelo Pedagógico Senac 2014, o currículo é um documento “orientado por posicionamentos ideológicos, constituindo-se como um instrumento de emancipação, autonomia e de transformação”.

Nesse modelo, a competência constitui o ponto central do currículo dos cursos, sendo a unidade curricular (disciplina) a própria competência que é o núcleo estruturante do fazer profissional de toda ocupação.

Toda e qualquer construção de curso nesse modelo tem início a partir do levantamento do contexto da ocupação e da identificação das competências que o profissional precisa desenvolver. Tais informações compõem o perfil profissional de conclusão do curso. Cada competência descrita no perfil compõe uma unidade curricular, pois se desdobra em indicadores da competência, que devem ser articulados com os elementos que são mobilizados pela competência e que funcionam como instrumentos para avaliar o processo de aprendizagem do aluno de forma significativa.

Sendo assim, o currículo é entendido como um elemento integrado e articulado das unidades curriculares organizadas de modo a promover aprendizagens significativas.

No modelo curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio, de Qualificação Profissional e de Aprendizagem, a competência é o componente principal do currículo, uma vez que o curso se estrutura a partir delas.

Nesse sentido, há dois tipos de Unidades Curriculares que se desenvolvem de forma articulada na organização do curso: i) a Unidade Curricular Competência que corresponde à própria competência a ser desenvolvida, e; ii) as Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada, a saber: o Projeto Integrador, o Estágio Profissional Supervisionado, a Prática Profissional Supervisionada, Prática Profissional da Aprendizagem e a Prática Integrada das Competências (essas últimas apenas para os cursos técnicos do segmento de Saúde e Beleza). As Unidades Curriculares de Natureza Diferenciada visam a mobilização das competências do curso em vivências que requeiram a articulação entre as mesmas.

A organização curricular do Senac-MA está pautada na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96 e nas orientações contidas nas Diretrizes de Educação Profissional (2014), elaborada pelo Departamento Nacional do Senac, esta última, representa um marco para a instituição ao unificar, fortalecer e renovar a identidade do Senac em todos os estados do Brasil.

Para tanto, o artigo 39º da LDB nº 9.394/96, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, incluída pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, estabelece que a Educação Profissional deve ser desenvolvida por meio dos seguintes cursos e programas:

- I – De formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – De Educação Profissional técnica de nível médio;
- III – De Educação Profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Nesse contexto, a Educação Profissional deve ser um processo permanente de aprendizagem que possibilite a constante qualificação do trabalhador por meio da construção do seu Itinerário Formativo, desde a Formação Inicial até a Pós-graduação, validando competências desenvolvidas em situações de trabalho.

Conforme disposto nas Diretrizes de Educação Profissional, segundo o Resolução CNE/CEB nº 06/2012, p. 2

§ 3º Entende-se por itinerário formativo o conjunto das etapas que compõem a organização da oferta da Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito de um determinado eixo tecnológico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas.

Tem como base da proposta educacional e do desenvolvimento curricular a integração entre os diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Adota como orientação para a organização e a estrutura curricular dos cursos e programas de Educação Profissional a metodologia de desenvolvimento de competências de acordo com os perfis profissionais de conclusão dos cursos.

O perfil profissional de conclusão, por dar origem ao plano de curso, é o primeiro item a ser definido. Nesse sentido, o perfil deve responder as seguintes perguntas: Quem é esse profissional? Quais são suas principais funções? Onde desenvolve sua atividade? Integra uma equipe multiprofissional? A atividade desenvolvida é regida por Lei de Exercício Profissional? Que conhecimentos, habilidades, valores e atitudes fundamentais para o exercício da sua profissão e quais marcas formativas do Senac.

Nessa perspectiva, o perfil profissional de conclusão representa o compromisso da escola com os alunos e com a sociedade. É o que se espera que os alunos alcancem ao final do curso. Portanto, é ele quem deve orientar a escolha e a estruturação de todos os demais componentes do plano, e, naturalmente, de seu desenvolvimento.

As bases para o planejamento de cursos e programas da Educação Profissional da instituição são:

- Cadastro de cursos do Senac;
- Catálogo e Guias Nacionais de Cursos mantidos pelos órgãos próprios do MEC;
- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

A estrutura curricular do plano poderá ser organizada por unidades curriculares, que guardam afinidades entre si e devem seguir três princípios fundamentais:

- Flexibilidade – possibilita maior agilidade na atualização e incorporação de inovações, permitindo adaptações às mudanças;
- Interdisciplinaridade – pressupõe o planejamento participativo, ressaltado em metodologias ativas, tendo como exemplo o desenvolvimento de projetos;

- Contextualização – pressupõe a adequação da oferta dos cursos às reais necessidades dos educandos, do mercado de trabalho e da sociedade.

A Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008, que dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, contribuiu de forma determinante na organização curricular com foco na estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, conforme determina o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Assim, está organizado em onze Eixos Tecnológicos, cada um composto por um Núcleo Politécnico próprio.

O Catálogo Nacional de Cursos do Senac, organizado por Eixos, contempla também a Formação Inicial e Continuada e compreende os seguintes Eixos Tecnológicos: Ambiente e Saúde; Segurança; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Cultural e Design; Produção Alimentícia; Controle e Processos Industriais e Recursos Naturais.

A caracterização das ações, conceitos, tipologias e demais termos referentes a prática educativa do Senac estão dispostos em Glossário, conforme indicado a seguir:

– Ações de Educação Profissional destinadas ao desenvolvimento de competências necessárias à inserção e permanência das pessoas na vida produtiva, no setor de comércio de bens, serviços e turismo. Tem como premissa a organização por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, e articula esforços entre as áreas de educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia;

– Ações de Educação Profissional são classificadas em diferentes modalidades: Formação Inicial e Continuada (Aprendizagem, Qualificação Profissional, Aperfeiçoamento, Programas Socioprofissionais, Programas Socioculturais, Programas Instrumentais e Certificação Profissional); Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Qualificação Profissional Técnica, Habilitação Técnica de Nível Médio, Especialização Técnica) e Certificação Profissional e Educação Superior (Qualificação Profissional Tecnológica, Graduação, Pós-Graduação e Extensão).

As Ações Extensivas possuem programações variadas, que visam contribuir para a formação do aluno ao disseminar informações e conhecimentos no âmbito da Educação Profissional.

São classificadas em: palestras, seminários, conferências, simpósios e eventos similares; concursos, desfiles, festivais, exposições, feiras de produtos e equipamentos; campanhas e outros eventos de caráter socioprofissional e cultural; produção e veiculação de programas de televisão e rádio; teleconferência e assessoria/consultoria.

– Ações Complementares à Educação Profissional são ações institucionais destinadas a apoiar e acompanhar a efetividade da oferta de Educação Profissional do SENAC. Consistem no encaminhamento e acompanhamento de egressos ao mercado de trabalho por meio do Banco de Oportunidades; Pesquisas, Análises, Produção de Material Didático e outros estudos organizada pelo corpo docente e analistas de aprendizagens comerciais.

Para garantir maior eficiência, eficácia e efetividade à ação educativa, deve-se levar em consideração:

– O Projeto Político Pedagógico, conforme inciso I do Art. 12, art. 13 e inciso I do art. 14 da LDB;

– A identificação das condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal devidamente habilitado para implantar o curso, que vão nortear a elaboração do Plano do Curso, para posterior apreciação dos setores e órgãos educacionais competentes.

O currículo é o meio para desenvolver competências. A escola, por meio de sua organização curricular, tem compromisso com a aprendizagem e com o desenvolvimento de competências para a cidadania e para o trabalho.

4.1 Proposta pedagógica

Iniciada em 2013, a proposta do Modelo Pedagógico Nacional foi concebida com o intuito de alinhar o entendimento da instituição acerca dos pressupostos pedagógicos que norteiam as práticas educativas do Senac em todo o país. Elaborada em parceria com os Departamentos Regionais, objetiva a expansão, qualificação e uniformização da oferta de cursos na perspectiva de promover uma

Educação Profissional de excelência, condizente com as necessidades do mundo do trabalho.

A proposta metodológica tem como premissas o respeito às diversidades regionais, a integração e a convergência de esforços dos Departamentos Regionais, a elevação da qualidade e o fortalecimento da unidade institucional. Com este fim, foi realizado um amplo trabalho de mobilização nacional para estabelecer as bases conceituais, os princípios educacionais e as marcas formativas que caracterizam o profissional egresso da instituição, bem como a concepção de currículo, aprendizagem e avaliação baseados no modelo de formação por competências.

A compreensão de que a Educação Profissional seja orientada para o desenvolvimento de competências implica constituir práticas capazes de ir além do domínio técnico operacional da ocupação que devem contemplar a compreensão global do processo produtivo, a apreensão do saber tecnológico e a valorização da cultura do trabalho.

A partir deste modelo, se apresentam as diretrizes do Ministério de Educação e Cultura – MEC para Educação Profissional conforme a LDB – Lei 9.394/96, que foi regulamentada pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2012, p. 38, onde o conceito de competência é unificado com autonomia intelectual

Neste contexto do mundo do trabalho, as expressões competência e autonomia intelectual, utilizadas de forma associada, devem ser entendidas como a capacidade de identificar problemas e desafios, visualizando possíveis soluções e tomando as decisões devidas, no tempo adequado, com base em seus conhecimentos científicos e tecnológicos e alicerçado em sua prática profissional e nos valores da cultura do trabalho.

Esta concepção de competência possibilita verificar a capacidade do aluno, no enfrentamento de situações concretas para mobilizar e articular conhecimentos, habilidades, atitudes e valores constituídos ao longo do processo de ensino e de aprendizagem. A competência nessa perspectiva é constituída pelos seguintes elementos: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes/Valores, que quando mobilizados e articulados, servem de subsídio para o seu desenvolvimento.

Os **conhecimentos** são os conceitos, os contextos históricos e os princípios científicos que fundamentam a ação profissional. As **habilidades** são capacidades/destrezas e estratégias que explicitam o saber fazer para a resolução

de um problema. Este elemento se caracteriza pela necessidade da prática constante, tendo em vista o bom desenvolvimento das competências.

Atitudes/Valores são disposições individuais sobre a percepção de mundo das pessoas que influenciam comportamentos nas mais diversas situações sociais que envolvem a prática profissional. Ao se articularem com os conhecimentos e as habilidades, contribuem para dimensionar o comprometimento relacional e social do profissional com o trabalho.

Além dos conhecimentos, existem as marcas formativas que são as características que devem ser desenvolvidas nos egressos dos cursos do Senac, criadas a partir dos valores institucionais e dos princípios educacionais. Elas representam o compromisso da Instituição com a formação integral do profissional cidadão, prezando pelo domínio técnico-científico, visão crítica e atitudes empreendedoras, sustentáveis e colaborativas, conforme indicação abaixo:

MARCA	DESCRIÇÃO	PALAVRAS-CHAVE
Domínio técnico-científico	Demonstra domínio técnico-científico, apresentando visão sistêmica e adotando comportamento investigativo no exercício profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Visão sistêmica • Comportamento investigativo • Foco em resultado
Atitude empreendedora	Desenvolve ações, novas propostas, soluções e empreendimentos, de forma autônoma, dinâmica, criativa e com iniciativa.	<ul style="list-style-type: none"> • Criatividade • Inovação • Autonomia • Dinamismo • Iniciativa • Foco em resultado
Visão crítica	Compreende o contexto em que está inserido e demonstra capacidade propositiva, com foco em soluções	<ul style="list-style-type: none"> • Crítica • Reflexivo • Foco em resultado
Atitude sustentável	Age de acordo com os princípios da sustentabilidade, considerando a ética, exercendo a cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade • Responsabilidade social • Ética e cidadania • Diversidade • Foco em resultado
Atitude colaborativa	Trabalha em equipe, estabelece relações interpessoais construtivas e comunica com assertividade	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em equipe • Relação interpessoal • Comunicação • Foco em resultado

Urge de maneira mais contundente a necessidade de uma educação centrada na aprendizagem e não somente no ensino, uma educação que respeite a diversidade cultural e social existente no ambiente pedagógico e que dê voz aos alunos. Giroux (apud SILVA, 1999, p.55, grifo do autor) corrobora com tal pensamento ao apontar:

[...] para a necessidade de construção de um espaço onde os anseios, os desejos e os pensamentos dos estudantes e das estudantes possam ser ouvidos e atentamente considerados, [...] o conceito de “voz” concede um

papel ativo à sua participação - um papel que contesta as relações de poder através das quais essa voz tem sido, em geral suprimida.

Sendo assim, pode-se visualizar uma educação centrada no protagonismo do aluno; participativa, política e de qualidade, capaz de despertar não somente para o mundo do trabalho, mas para sua própria vida, visto que o aluno adquire a habilidade de reflexão sobre a sua prática.

Considerando que a sociedade atual demanda um perfil profissional diferenciado, o Senac/MA apresenta um currículo baseado no modelo de competências, priorizando características essenciais para a construção deste profissional.

Quanto aos princípios educacionais, estes sustentam e refletem o que os docentes da Instituição, de algum modo, já realizavam com seus alunos. A principal contribuição do Modelo Pedagógico Nacional consiste em tornar mais objetiva e eficiente a prática orientada para o desenvolvimento de competências, que se explicita na concepção e estruturação do modelo curricular, nos parâmetros para avaliação dos alunos e nas orientações para a prática pedagógica.

É necessário frisar que toda prática pedagógica, alicerça-se em um conjunto de referências teóricas, fundamentando-se em princípios, entre esses: filosóficos e pedagógicos, que orientam a forma de educar e de aprender. A base teórica que norteia este projeto considera tais aspectos que contribuem significativamente para construção de uma visão crítica da realidade educacional e conseqüentemente para um ensino de qualidade.

4.1.1 Princípios Filosóficos

O princípio filosófico institucional, parte da concepção de homem enquanto ser social e histórico, pois esse se constitui a partir da interação com o mundo enquanto realidade objetiva, com outro homem, a partir das relações sociais e principalmente por meio da dominação da natureza.

Dentro dessa perspectiva, entendendo esse homem como sujeito, com posicionamento ativo, sendo protagonista da ação social e do fazer profissional. Sendo diferenciado dos outros animais pela capacidade de reflexão sobre a ação, principio esse que origina o que conhecemos como *práxis*.

Um ponto que merece destaque é a categoria trabalho, essa considerada preponderante para a dignificação humana, pois por meio dele o homem transforma a sociedade e em um caminho dialético transforma a si mesmo, faz - necessário apontar as duas perspectivas defendidas pela instituição referente a essa categoria:

Entende-se trabalho em dupla perspectiva: ontológica e econômica. Pela perspectiva ontológica, o ser humano produz e se apropria de sua realidade, é sujeito da transformação de seu mundo. Na relação com a natureza e com o meio social, produz conhecimentos e técnicas que ampliam suas capacidades e potencialidades de atuação no meio em que vive. Já na perspectiva econômica, o trabalho é uma atividade por meio da qual o homem modifica a matéria fornecida pela natureza, com vistas à satisfação de suas necessidades. Na estrutura social e econômica vigente, os avanços tecnológicos interferem nos fatores de produção e modificam, de forma acelerada, a distribuição e a qualificação da força de trabalho. Nesse contexto, o trabalho produz não somente a mercadoria, mas produz o próprio trabalho e o trabalhador. (SENAC-DN 2015, p: 10)

Desse modo, a relação do homem enquanto sujeito histórico e dialético com a sociedade da qual participa, perpassa pelo mundo do trabalho se estendendo ao campo educacional. Pois sendo ambas inerentes ao ser humano, “há um estreito vínculo ontológico – histórico próprio da relação entre trabalho e educação” (SAVIANI, 2006, p. 152) que pode ser vislumbrado em cada sociedade servindo a interesses semelhantes ou distintos, conforme sua realidade.

Partindo então desse pressuposto, o Senac – MA acredita que o fazer educativo deve possibilitar aos alunos exercerem o seu papel enquanto sujeitos construtores de conhecimento, estando voltado não apenas para o trabalho, mas para a formação humana.

4.1.2 Princípios Pedagógicos

As ações propostas devem se orientar com o objetivo de favorecer práticas pedagógicas ativas, inovadoras, inclusivas, multiculturais, integradoras, participativas e colaborativas, com ênfase na metodologia de projetos, considerando ambientes de aprendizagem diversificados e valorizando a simulação ou a realização de situações concretas de trabalho.

No âmbito escolar, a interação professor-aluno e aluno-aluno, adquire valor, pois abre caminhos para a exposição de várias ideias, e os discentes percebem-se enquanto sujeitos históricos dentro da sociedade. Nesta relação estão

presentes diversos grupos sociais e culturais, que ao interagirem entre si, possibilitam o desenvolvimento de um ambiente multicultural.

Sendo assim, quando se questionam os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos na escola é necessário levar em consideração o respeito à identidade cultural do outro (aluno), Paulo Freire afirma

(...) respeitar a cultura do outro não significa manter o outro na ignorância sem necessidade, mas fazê-lo superar sua ignorância não significa ultrapassar os sistemas de interesse sociais e econômicos da sua cultura. É como se houvesse gente inteligente no outro planeta, noutro lugar, noutro universo, e viesse aqui, agora, e dissessem a mim que eu devo pensar da forma absolutamente contrária àquilo que penso, pois lá já se pensa diferente. Não posso me submeter a uma coisa dessas. (FREIRE, 2003. p. 131).

Nesse sentido, propõe-se a utilização de uma metodologia que privilegie a integração e articulação da vivência do aluno com o conhecimento teórico e a prática profissional, permitindo-lhe o exercício da autonomia diante do saber trabalhado em todos os cursos ofertados pela instituição.

Destaca-se ainda, a importância da pesquisa como princípio pedagógico, como afirma as Concepções e Princípios da Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac, a "pesquisa, também um importante aspecto metodológico, deve promover o desenvolvimento da atitude científica e fomentar a prática do estudo independente, mobilizando a capacidade de análise crítica, reflexão, investigação e proposição de soluções e alternativas" (2015, p. 12).

A pesquisa proporciona o desenvolvimento da atitude científica, estimulando práticas de estudo independentes e incorporando recursos e tecnologias que favorecem a aprendizagem de forma que o estudante seja capaz de resolver problemas, comunicar ideias e tomar decisões.

Assim, o profissional deve ser preparado para o exercício eficiente das práticas de trabalho, sem, contudo, deixar de desenvolver uma visão mais ampla de seu campo de atuação, de modo a estar apto para lidar com as mudanças e inovações do atual mercado de trabalho (Senac-DN, 2000).

Quanto aos recursos didáticos utilizados em sala de aula, estes devem ser diversificados para potencializar o aprendizado e devem estar de acordo com a mensagem e com o público a quem ela se destina.

Parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, a avaliação educativa antecede, acompanha e sucede o trabalho pedagógico. Seu objetivo é

produzir informações sobre o progresso dos alunos, de forma a sustentar ações que revertam em melhoria da aprendizagem.

Na Educação Profissional, a avaliação é um processo pelo qual se investigam evidências do desenvolvimento de competências requeridas nos perfis profissionais de conclusão de curso. Neste caso, a ação avaliativa deve mobilizar, de forma articulada, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, considerando a realidade social, política, histórica, econômica e cultural na qual as relações humanas, situações de trabalho e formações são construídas.

Compreende-se a avaliação como:

- Ação de avaliar de forma abrangente, participativa, inclusiva e contínua, que deve utilizar diversos instrumentos, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, baseada em indicadores claramente definidos e com ênfase na aprendizagem dos alunos;

- Ação diagnóstica, numa perspectiva de valorização dos conhecimentos já construídos, levando à consciência o que já aprenderam e o que ainda precisam aprender, oportunizando a ação-reflexão;

- Ação formativa que orienta o processo de ensino-aprendizagem, permitindo a aferição do desempenho do aluno quanto ao desenvolvimento de competências e indicando o alcance do perfil profissional de conclusão;

- Ação somativa que busca verificar a capacidade do aluno de, no enfrentamento de situações concretas, mobilizar e articular seus recursos subjetivos, bem como os conhecimentos, as habilidades e os valores construídos ao longo do processo de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, é necessário que a trajetória avaliativa seja pautada em indicadores de competência, que por sua vez apresentam as ações que devem ser desenvolvidas em cada Unidade Curricular. Esta forma de redação tem, portanto, a finalidade de tornar tangível para docentes e alunos, os diferentes níveis de atendimento de um indicador ao longo da avaliação permitindo que ambos sejam mais precisos no acompanhamento das competências trabalhadas.

Portanto, a Educação Profissional requer uma abordagem norteada pela dialética entre teoria e prática, impulsionando a autonomia e a capacidade do sujeito de transformar a si mesmo e ao mundo. Esta visão se concretiza através de práticas pedagógicas que vislumbram a competência como ponto de partida e de chegada da

ação docente, organizando-se num fazer pedagógico que segue o movimento da ação/reflexão/ação.

Seguindo os parâmetros propostos pelo Modelo Pedagógico Nacional, para que haja controle, organização e transparência no modo de registrar o desempenho do aluno, são necessários objetividade e o estabelecimento de menções aos resultados da avaliação educacional. Assim, são previstas menções por indicadores, por competências e para a aprovação no curso.

4.2 Sistemática de Acompanhamento Discente

O acompanhamento discente deve acontecer desde o momento em que o aluno efetua sua inscrição em um determinado curso, por conseguinte a matrícula estendendo-se até ao momento em que ele é encaminhado para o mercado de trabalho.

Para alunos com deficiência, existe uma ficha cadastral que deverá ser preenchida no ato da inscrição, a fim de que a instituição possa tomar providências cabíveis para atender da melhor forma esse aluno.

Após iniciar o curso, o aluno deve ser acompanhado pelo Supervisor Educacional, em conjunto com o docente durante todo o processo ensino-aprendizagem. Para tanto, utiliza-se como metodologia: visitas em sala de aula e nos locais destinados às atividades externas; análise dos casos de infrequência, sugerindo adoção de medidas pertinentes; análise do desempenho dos alunos e realização de atendimento individualizado e identificação de alternativas pedagógicas para a redução de evasão e reprovação.

Como forma de evitar a evasão dos alunos é estabelecido um limite de 25% de faltas, definido no Regimento Interno da Instituição. Ao aluno que exceda o percentual máximo de faltas será permitida a condição de requerer a aplicação de Medidas Compensatórias, conforme Ordem de Serviço SENAC/MA Nº 0050/2009, que podem ser aplicadas em casos de ausência justificada por motivo de doença, solicitação da justiça, do trabalho ou nos casos fortuitos, todos devidamente comprovados através de documentos que deverão ser anexados ao requerimento, com os mesmos elementos de competências referentes às aulas perdidas.

Medidas compensatórias são ações educativas com o intuito de suprir ausência de alunos regularmente matriculados nos cursos de Educação Profissional, de forma a não comprometer a continuidade da construção das competências previstas no plano de curso. Classificam-se em atividade prática ou aula individual, realizada pelo docente da unidade curricular com os mesmos elementos de competências referentes às aulas perdidas.

Ao aluno que ultrapassar os índices máximos de medidas compensatórias, em se tratando de faltas justificadas, é oferecida condição de transferência para uma próxima turma do mesmo curso, com direito ao aproveitamento das unidades curriculares já cursadas.

Complementando a sistemática de acompanhamento, existe o Banco de Oportunidades que visa facilitar o acesso dos alunos egressos às empresas dos mais variados segmentos, que solicitam profissionais qualificados.

O processo tem início ainda em sala de aula com a realização de um pré-cadastro que visa sondar o interesse do aluno em atuar na área de formação e de se cadastrar no Banco de Oportunidades para concorrer às vagas de emprego. Em seguida, de posse do certificado de conclusão de curso, do currículo comprovado e do CPF, o egresso é encaminhado ao setor para realizar o cadastro no sistema informatizado, cabendo a ele a sua permanente atualização.

Após realização do cadastro, o egresso está apto a concorrer às vagas de emprego divulgadas pelas empresas, conforme perfil profissional divulgado. O recrutamento e o encaminhamento dos candidatos são feitos considerando as exigências previstas na solicitação da empresa, sendo que para cada vaga são indicados três candidatos, que sempre são convocados por telefone ou mensagem de texto (sms).

Após o encaminhamento, a situação do candidato no processo de seleção é monitorada pelo Banco de Oportunidades para acompanhar se o mesmo alcançou êxito no processo ou não.

A dinâmica de acompanhamento dos egressos oportuniza uma discussão acerca do perfil profissional exigido pelo mercado de trabalho. Por outro lado, o acompanhamento do desempenho do profissional, junto às empresas contratantes, permite avaliar e atualizar a estrutura curricular dos cursos da Instituição.

O Banco de Oportunidades desenvolve uma ação de expressivo alcance social, visto que oferece aos egressos dos diversos cursos, informações úteis à sua

vida profissional, tornando-os mais conscientes de suas habilidades, competências, oportunidades e limitações.

Para aqueles que não conseguem aprovação nos processos de seleção das empresas solicitantes, o Banco de Oportunidades desenvolve ações de reorientação profissional, para melhoria de sua postura profissional para desenvolvimento de competências, não devidamente consolidadas.

4.3 Aproveitamento de estudos

O artigo nº 41 da Lei Federal Nº 9394/96 define que “O conhecimento adquirido na Educação Profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação, para prosseguimento ou conclusão de estudos” (*Redação dada pela Lei 11.741/2008*).

Além disso, há o Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

(...) Essa oportunidade de qualificação para o trabalho pode ser oferecida como módulo ou etapa com terminalidade, de um curso técnico de nível médio, ou de forma independente, como curso de qualificação profissional, integrante de um itinerário formativo de técnico de nível médio, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos até a conclusão da correspondente habilitação profissional técnica de nível médio. (p. 43)

Outras resoluções também instituem diretrizes para tratar de forma clara o assunto “aproveitamento de conhecimentos e competências”, recurso mediante o qual a escola poderá aproveitar conhecimentos e experiências anteriores, desde que diretamente relacionadas com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional. Como afirma o Parecer CNE/CEB nº 11/2012, p.58 § 3º “ (...) possibilitando contínuo e articulado aproveitamento de estudos e de experiências profissionais devidamente certificadas por instituições educacionais legalizadas”.

No Senac-MA a regulamentação do aproveitamento de estudos e competências para os Cursos de Formação Inicial e Continuada e Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, atendendo a dinâmica proposta pelo Modelo Pedagógico do Senac, com vistas à expedição de certificados está regulamentada pela Ordem de Serviço Nº 0031/2005.

Os procedimentos para o aproveitamento de estudos e conhecimentos visam consolidar experiências vivenciadas, bem como manter o princípio básico institucional de inclusão social para facilitar o acesso ao mundo do trabalho.

Segundo o Art. 2º da Ordem de Serviço SENAC Nº 0031/2005, que regulamenta os procedimentos para aproveitamento de estudos, os alunos poderão fazer a solicitação de avaliação mediante requerimento próprio, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes do início do curso ou unidade curricular para análise documental, ou ainda para realização de exames, onde o requerente irá demonstrar, de forma prática e/ou teórica, o domínio das competências indicadas no curso ou disciplina em questão. Após a entrada do requerimento, as unidades educacionais emitirão parecer aos alunos, para fins de avaliação e/ou certificação. A autorização para aproveitamento, através de comprovação documental, só será aceita caso a validação do documento não exceda o prazo de cinco anos conforme Art. 4º da Ordem de Serviço nº 0031/2005.

Em casos de solicitação de aproveitamento de estudos que envolvam cursos cuja proposta curricular seja anterior ou distinta da proposta do Modelo Pedagógico Senac Nacional, a Unidade Educacional responsável pelo curso deverá eleger uma comissão de avaliação, composta de um supervisor educacional e um instrutor da área de formação requerida, que irá emitir parecer a ser encaminhado à Diretoria de Educação Profissional para análise e deliberação da Direção Regional.

Pelo exposto, é importante que se tenha consciência de que a prática educacional deve ser voltada para a transformação social e não para manutenção de formas inconscientes e não refletidas. É preciso que se tenha clareza das ações e que estas reflitam decisões cada vez mais explícitas sobre o trabalho pedagógico. Desse modo, avaliar não pode ser um ato puramente mecânico; mas, sobretudo, deve contribuir para a construção de competências técnicas, sociopolíticas e culturais.

5. O PERFIL DOCENTE

Não se pode falar do desenvolvimento de competências profissionais sem enfatizar o papel do corpo docente envolvido no processo de ensino-aprendizagem,

considerando que será por seu intermédio que toda a metodologia proposta será efetivada.

Em sintonia com a concepção de currículo, o docente é responsável por planejar, desenvolver e executar estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem significativa. Para tanto, deve articular as competências em desenvolvimento com as experiências de vida dos estudantes e incentivá-los a buscar soluções criativas para os problemas.

Compreende-se o docente como sujeito crítico-reflexivo, consciente de seu papel educacional e social, comprometido com a sua formação permanente, com a inovação e reinvenção de suas práticas pedagógicas. Profissional esse que faz a mediação e facilita o processo.

Além de promover o desenvolvimento de competências técnicas, cabe aos docentes, conforme preconizado no Parecer CNE/CEB nº. 16/99, propiciar aos alunos o desenvolvimento de senso de responsabilidade, espírito crítico, autoestima, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, capacidade de autogerenciamento, com autonomia e disposição empreendedora, honestidade e integridade ética.

A Educação Profissional exige do seu corpo docente duas características fundamentais para o cumprimento de seus objetivos: conhecimentos específicos da profissão e saberes didático-pedagógicos próprios da atividade docente. Como afirma o Parecer CNE/CEB nº11/2012,

Do professor da Educação Profissional é exigido, tanto o bom domínio dos saberes pedagógicos necessários para conduzir jovens e adultos nas trilhas da aprendizagem e da constituição de saberes e competências profissionais, quanto o adequado domínio dos diferentes saberes disciplinares do campo específico de sua área de conhecimento, para poder fazer escolhas relevantes dos conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos, para que os formandos tenham condições de responder, de forma original e criativa, aos desafios diários de sua vida profissional e pessoal, como cidadão trabalhador.

É essencial que o profissional da docência seja experiente, possua competência na sua área de atuação, saiba como e por que fazer o que propõe e, sobretudo, seja capaz de estimular seus alunos na direção de um aprendizado permanente.

Cabe à instituição de ensino, que usufrui de seus serviços, promover formação continuada daqueles que assim necessitarem, mediante a oferta de

programas especiais de desenvolvimento de competências didático-pedagógicas, bem como a atualização das competências necessárias.

Considerando a peculiaridade da formação docente, o Senac-MA estabelece como escolaridade prioritária a formação superior com licenciatura plena ou em programa especial de formação, no segmento profissional do curso, que irá lecionar.

Na ausência desses requisitos, será admitida a docência na seguinte ordem preferencial:

I – Profissionais não-licenciados, mas graduados no segmento profissional do correspondente eixo tecnológico e que tenham experiência comprovada;

II – Profissionais não-graduados no segmento profissional do eixo tecnológico, que demanda a docência, mas graduados em outros eixos tecnológicos e que tenham experiência comprovada;

III – Técnico de nível médio formado no segmento profissional do eixo tecnológico do curso e comprovada experiência profissional;

IV – Na falta de profissionais de nível técnico com experiência comprovada, outros reconhecidos por sua experiência profissional, conforme descrição no plano de curso da instituição.

Os itens III e IV só se aplicam aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e aos cursos de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores.

Para orientação da ação docente é importante destacar as competências e responsabilidades necessárias ao desempenho da ação docente.

Assim, segundo o Plano de Cargos e Salários - PCS do Senac – MA elaborado em janeiro 2016, os docentes têm as seguintes responsabilidades:

- ✓ Mediar aulas de acordo com o previsto no plano de aula e em consonância com o mercado de trabalho;
- ✓ Desenvolver o curso de acordo com o conteúdo programático e o plano de curso;
- ✓ Desenvolver nos alunos habilidades de trabalho em equipe e posturas adequadas à profissão;
- ✓ Acompanhar e orientar as atividades dos alunos nas técnicas de trabalho;

- ✓ Facilitar o acesso da supervisão para realização do acompanhamento didático pedagógico;
- ✓ Informar a supervisão os casos de alunos com dificuldade de aprendizagem, sugerindo estratégias metodológicas para resolução de tais problemas;
- ✓ Cooperar em todos os trabalhos técnico-profissionais, inclusive prestando o assessoramento profissional em assuntos de complexidade relativa à sua especialidade;
- ✓ Acompanhar, estimular e controlar a frequência dos discentes, buscando alternativas para evitar evasões, mantendo o equilíbrio dos cursos;
- ✓ Garantir a execução dos cursos, em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da Instituição;
- ✓ Desenvolver tarefas ou procedimentos de acompanhamento pedagógicos com alunos com dificuldades de aprendizagem;
- ✓ Colaborar na elaboração e adequação de recursos instrucionais e de instrumentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- ✓ Conhecer as formas de avaliação por competências, tendo em vista subsidiar o planejamento de aula e a construção dos instrumentos de avaliação;
- ✓ Utilizar a Legislação de Educação Profissional no contexto da sua rotina;
- ✓ Colaborar na atualização das metodologias, currículos e planos de curso;
- ✓ Manter atualizado o registro de diário de classe (on-line ou físico) das atividades pedagógicas, bem como a frequência do aluno durante o curso;
- ✓ Participar das ações de formação continuada ofertadas pela instituição Senac-MA;
- ✓ Criar estratégias de repasse das formações recebidas (viagens, visitas técnicas, cursos, palestras, reuniões, seminários, fóruns, dentre outros) para os demais profissionais;
- ✓ Responsabilizar-se pelo funcionamento adequado da sala de aula, recursos didáticos, físicos, propostas e resultados;
- ✓ Apresentar um nível de responsabilidade e iniciativa junto aos seus superiores, aos demais docentes e aos discentes, contribuindo com a formação de profissionais com esse perfil;
- ✓ Avaliar juntamente com os superiores imediatos as viabilidades física, pedagógica e mercadológica quando da proposta de novos cursos, novas

- instalações, novos produtos ou novos equipamentos conforme a área de atuação;
- ✓ Agir com base na ética profissional e desta forma contribuir com a conscientização de todos os envolvidos na dinâmica dos cursos;
 - ✓ Articular parcerias com empresas dos mais variados ramos do mercado, visando enriquecer o processo ensino aprendizagem;
 - ✓ Reconhecer bibliografias atualizadas sobre o conhecimento básico e específico referentes aos cursos da sua área de atuação;
 - ✓ Selecionar materiais didáticos alternativos, como apostilas e textos complementares;
 - ✓ Representar interna e externamente a instituição, quando convocado;
 - ✓ Avaliar e sugerir juntamente com seus superiores, viabilidades física, pedagógica e mercadológica, quando da proposta de novos cursos, novas instalações, novos produtos ou novos equipamentos para sua área de atuação;
 - ✓ Zelar pela ordem e limpeza das instalações e dos materiais utilizados nas aulas teóricas e práticas;
 - ✓ Cuidar da aparência pessoal e profissional, primando pelas boas práticas de higiene;
 - ✓ Verificar sistematicamente o local de trabalho, equipamentos e utensílios;
 - ✓ Participar de recrutamento e seleção do corpo docente na sua área de atuação, quando solicitado.

Considerando a necessidade de preparação dos docentes, para uma melhor atuação, os candidatos, após processo de seleção, deverão participar do processo de ambientação da Instituição, que compreende o estudo dos seguintes temas: o contexto da Educação Profissional, histórico e estrutura do Senac, a Proposta Pedagógica, o Regimento Escolar, Acervo Bibliográfico do Senac-MA e demais documentos pertinentes à Educação Profissional.

A todo o corpo docente são ofertadas ações de formação continuada como o projeto “Um Olhar Sobre a Prática Pedagógica” e Programa de Desenvolvimento Docente. Ambos previstos no Programa de Formação Continuada, organizado e devidamente atualizado anualmente.

Dentre as ações desenvolvidas, destaca-se a realização do “Programa de Desenvolvimento Docente – PDD”. O mesmo propõe manter o corpo docente

atualizado nos temas pertinentes à didática e novidades tecnológicas, que permeiam a Educação Profissional, buscando como diferencial a criatividade e a qualidade na prestação dos serviços. Nesse sentido, acredita-se que a concretização dessas ações, sobretudo, as de cunho didático-pedagógico, tem relação direta com a formação continuada do docente, tendo em vista sua importância como agente de transformação junto aos alunos.

Entende-se que a busca pela melhor qualidade no ensino, para bem atender ao aluno, vem sendo uma luta constante e muito necessária no âmbito das instituições de educação, em especial aquelas que trabalham com a Educação Profissional. A questão da qualidade ainda é um ponto de preocupação, tendo em vista que não basta possibilitar o acesso à escola, é necessário que nela os alunos permaneçam aprendendo, com entusiasmo e possibilidade de ampliar os conhecimentos construídos na vida cotidiana.

Ademais, sabe-se da dificuldade que o docente tem em socializar sua prática pedagógica com outros docentes, considerando que seus momentos acontecem em tempos diferentes, o que dificulta a interdisciplinaridade e pode contribuir para a fragmentação do processo de ensino-aprendizagem.

As reuniões e encontros que privilegiem estudos, reflexões e discussões acerca da prática docente são espaços que propiciam o compartilhamento de ideias, a criação de vínculos, o estímulo à ações articuladas dos docentes, para a construção de uma prática pedagógica democrática, viva e competente; o fornecimento de subsídios para aprofundar a visão político-pedagógica da Instituição; o aperfeiçoamento das ações, adequando-as ao tempo, condições e circunstâncias específicas de cada realidade; o exercício da habilidade de transformar o produto de suas discussões em ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando contribuir para a efetivação da missão institucional de *“Educar para o trabalho em atividade do comércio de bens, serviços e turismo”* e com a visão de *“Ser a instituição brasileira que oferece as melhores soluções em Educação Profissional, reconhecida pelas empresas”* é que justifica-se a necessidade de traçar estratégias eficientes para concretização destas propostas.

Objetivando traçar novas estratégias é que houve a construção coletiva empreendida neste projeto apontando para as possibilidades formativas e democráticas que requerem uma organização de trabalho, bem como o compromisso de todos com a sua implementação. E a partir deste, busca-se reafirmar o compromisso social da instituição com a sociedade maranhense.

Esta proposta renovada e aprimorada constitui-se, ainda, como fruto de muitas reflexões diante das constantes mudanças sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas que refletem o novo papel da educação e da atuação do cidadão. Assim, sua reconstrução deverá ser permanente para o redimensionamento da prática, a fim de materializar os objetivos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, estas metas institucionais consideram as expectativas da sociedade, e aponta os meios para concretização desse objetivo com as marcas da Instituição promovida pelo alinhamento do Modelo Pedagógico Senac. A constante organização das ações ampliará as possibilidades de alcance e de reconhecimento na Educação Profissional.

Com a finalização deste projeto, pretende-se a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos envolvidos na Educação Profissional no Senac-MA, a fim de contribuir para reflexão sobre a realidade vivenciada no Estado, na perspectiva de um ensino de melhor qualidade, com foco no desenvolvimento de competências, pois estudos voltados para essa questão não se esgotam, mais incentivam outras pesquisas em favor do resgate de algo devido: o direito de acesso ao conhecimento, saber ler e escrever, sonhar e desejar dias melhores, funções essas primordiais para o papel que uma escola exerce. Espera-se dessa forma, contribuir para reflexão sobre a realidade vivenciada no Estado, com intuito de aprimorar a qualidade do ensino oferecida através de constantes estudos e pesquisas.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- BOLEMA. **Conversa com Paulo Freire**. Ano 16, n. 20, 2003.
- BONAMINO, A. M. C.; DAUSTER, Tania; CARVALHO, J. C.; MATA, M. L. **O valor social da educação e do trabalho em camadas populares urbanas**. Brasília: OEA/PNUD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Do parecer no tocante às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer normativo CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012. Relator: Adeum Hilário Sauer. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de maio 2012. Seção 1, p. 98.
- _____. _____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de set. 2012.
- CASSIN, Marcos. **Trabalho e Formação humana**. 2008.
- _____. _____. Do parecer no tocante às diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível técnico. Parecer normativo CNE/CEB nº 16/1999. Relator: Francisco Aparecido Cordão. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 nov. 1999.
- _____. _____. Resolução CNE/CEB nº 04/1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de dez. de 1999.
- _____. _____. Resolução CNE/CEB nº 3, de 9 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 de jul. 2008.
- _____. Presidência da República. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.
- _____. _____. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jun. 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8268.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da Educação Profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da Educação Profissional e tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. _____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 set. 2016.

_____. MEC. **Referenciais curriculares nacionais da Educação Profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB 4/99, de 8 de dezembro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1999. Seção 1, p. 229.

CORDÃO, Francisco Aparecido. As novas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e suas implicações na Educação Profissional técnica de nível médio. In: **Boletim Técnico do Senac**: a revista da Educação Profissional. v. 37, n. 3, Rio de Janeiro: Senac/Departamento Nacional, set./dez. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola a universidade. 14 ed. Porto Alegre: Mediação, 1993.

LOPES, Josiane. Vygotsky: O teórico social da inteligência. **Nova Escola**, n. 99, p.33-38, dez. 1996.

SAVIANI, D. **Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação. (Trabalho apresentado em sessão especial no GT Trabalho e Educação, durante a 29ª Reunião Anual da ANPED, realizada em Caxambu-MG, de 16 a 20 de outubro de 2006).

SENAC. DN. **Diretrizes da Educação Profissional do Senac**. Rio de Janeiro, 2014. 26p.

_____. _____. **Avaliação da aprendizagem.** Rio de Janeiro, 2015. 36 p.

_____. _____. **Competência.** Rio de Janeiro, 2015. 28 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac).

_____. _____. **Concepções e princípios.** Rio de Janeiro, 2015. 34 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac).

_____. _____. **Guia para elaboração de planos de cursos.** Rio de Janeiro, 2014. 34 p.

_____. _____. **Planejamento docente.** Rio de Janeiro, 2015. 32 p. (Coleção de Documentos Técnicos do Modelo Pedagógico Senac).

_____. _____. **Planejamento estratégico Senac 2016-2019:** processo de construção: conexões que fazem a diferença. Rio de Janeiro, 2016. 35 p.

_____. _____. Proposta de Alinhamento Nacional. **Modelo Pedagógico Nacional.** Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psíquicos superiores. 6. ed. São Paulo: M. Fontes, 1998.

ANEXOS

ANEXO A
Infraestrutura

Infraestrutura

✓ Sede da Administração Regional

A sede da administração do Departamento Regional do SENAC no Maranhão está localizada em São Luís, no Condomínio Fecomércio/Sesc/Senac – “Francisco Guimarães e Souza”, localizado no endereço Avenida dos Holandeses, S/N, quadra 04, bairro Jardim Renascença, nos 4º e 5º andares.

Estão presentes no quarto andar os seguintes setores: Recepção, Copa, Secretaria DGE, Diretoria de Gestão - DGE, Núcleo Financeiro - NUFIN, Núcleo de Engenharia e Manutenção Patrimonial - NUEMP, Núcleo de Apoio Operacional - NUAPO, Núcleo de Contabilidade - NUCON, Núcleo de Gestão de Pessoas - NUGEP, Núcleo de Compra, Contrato e Almoxarifado, Controladoria Interna - CONTI, Assessoria Jurídica - ASJUR, Almoxarifado, Serviço de Relacionamento com o Cliente - SEREC, Secretaria DEP, Diretoria de Educação Profissional - DEP, Assessoria Pedagógica – ASPED , Assessoria de Programas Especiais - ASPES, Assessoria de Comunicação, Marketing e Eventos - ASCME, Telefonia, além de 05 (cinco) banheiros, sendo 02 (dois) privativos para os diretores, um masculino, um feminino para uso em geral e outro para pessoas com deficiência.

Integram o quinto andar, os setores Recepção, Copa, Secretaria Geral - SEGER, Direção Regional - DR, Secretaria DPF, Diretoria de Planejamento, Finanças e Orçamento - DPF, Núcleo de Licitação - NULIC, Núcleo de Patrimônio - NUPAT, Núcleo de Tecnologia da Informação – NUTIN, Arquivo, Reprografia e Sala de Reunião, além de 01 (uma) copa e 04 (quatro) banheiros, sendo 01 (um) privativo para a Direção Regional, 01 (um) masculino, 01 (um) feminino para uso em geral e outro para pessoas com deficiência.

Além da sede, existem as Unidades Educacionais com seus devidos apoios, conforme listagem abaixo:

Unidades Educacionais de São Luís

- ✓ Centro de Educação Profissional de São Luís;
- ✓ Unidade de Tecnologia da Informação - UNITI;
- ✓ Núcleo de Unidades Móveis - UNMOV;
- ✓ Unidade de Educação a Distância - UNEAD;
- ✓ Restaurante Escola;
- ✓ Demais Setores Administrativos;

Em São Luís existe o Centro de Educação Profissional de São Luís localizado no centro da cidade, Rua do Passeio, que compartilha espaços com outras Unidades Educacionais, estando estruturado em três blocos (A, B e C). A unidade está devidamente adaptada para o acesso de pessoas com deficiência. Possui a sinalização tátil em braile nos corrimões e escadas, piso tátil e elevador com sintetizador de voz. Há, ainda, destinação de duas vagas de estacionamento, indicação de espaço para pessoas cadeirantes na área de convivência e auditório.

Os blocos estão interligados por uma área de vivência constituída por um jardim e um pátio, onde se concentram os espaços pedagógicos e administrativos, necessários para as atividades educativas, estando distribuídos da seguinte forma:

O Bloco A é formado por 18 (dezoito) salas de aulas convencionais; com capacidade para 25 (vinte e cinco) alunos; além de uma sala de multimeios; 02 (dois) laboratórios de Informática; Salão de Beleza que é subdividido em sala de depilação, maquiagem e de manicure; um auditório com capacidade para 100 (cem) pessoas; e ainda sala para a Biblioteca e Documentação; Secretaria Escolar; laboratórios para os cursos de Comunicação, Enfermagem, Estética e Óptica; Núcleo de Idiomas; 04 (quatro) Depósitos; 04 (quatro) Banheiros masculinos e 05 (cinco) femininos; Lanchonete; Recepção; Sala de corte e costura; Espaço gourmet; 01 (um) elevador e 01 (um) pátio.

O Bloco B conta com 01 (uma) sala de impressão e produção de material gráfico; Sala para a Unidade de Tecnologia da Informação; 07 (sete) laboratórios; Salas para o Núcleo de Tecnologia da Informação; Núcleo de Apoio Operacional e Almoxarifado; 02 (dois) banheiros; Sala dos professores; Vestiário e 01 (uma) sala do artífice de manutenção.

O Bloco C é composto por uma Recepção; Núcleo Financeiro; Gerência da Unidade Móvel, Supervisão Pedagógica e Apoio Administrativo; laboratório de Informática com capacidade para 20 (vinte) microcomputadores; Sala de seminários com 55 (cinquenta e cinco) lugares; Hall para coffee-break; Sala de aula convencional com 25 (vinte e cinco) lugares; Gerência da Unidade de Educação a Distância; Gerência do Centro de Educação Profissional e Supervisão Pedagógica.

Além dessas, há ainda salas para os seguintes setores: Secretaria Geral; Diretoria Regional; Núcleo de Gestão de Pessoas; Sala do Banco de Oportunidade;

02 (dois) banheiros femininos e 02 (dois) masculinos; 02 (duas) copas; 01 (um) banheiro adaptado para pessoas com deficiência e Sala para Telefonia.

Ainda em São Luís, existe o Restaurante Escola, localizado na Rua de Nazaré no Centro, oferecendo cursos de qualificação profissional no eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer. O mesmo dispõe de 03 (três) salas de aula convencionais, Cozinha Pedagógica, Cozinha Comercial, Salão Comercial, Piano Bar, Laboratório de Confeitaria e Biblioteca Especializada.

Demais Unidades Educacionais dos municípios do Maranhão

- ✓ Centro de Educação Profissional de Imperatriz;
- ✓ Centro de Educação Profissional de Caxias;
- ✓ Centro de Educação Profissional de Santa Inês;
- ✓ Centro de Educação Profissional de Bacabal;
- ✓ Posto Avançado de Educação Profissional de Balsas;
- ✓ Posto Avançado de Educação Profissional de Codó;
- ✓ Posto Avançado de Educação Profissional de Timon;

Em Imperatriz, a estrutura física está composta de 01 (uma) Recepção no Hall de Entrada; 01 (um) Atendimento/Secretaria de Cursos; 03 (três) salas convencionais com capacidade para 30 pessoas; 01 (uma) Sala de Idiomas com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) Laboratório de Supermercados com capacidade para 30 pessoas; 01 (um) Laboratório de Telemarketing com capacidade para 30 pessoas; 01 (um) salão de Beleza com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) Auditório com capacidade para 80 pessoas (reversível para duas salas de aula convencionais); 03 (três) Laboratórios de Informática com 18 computadores; 01 (um) Laboratório de Saúde e Estética com banheiro e vestuário; 01 (uma) Cozinha Didática; 01 (um) Almoxarifado; 01 (um) Depósito; 01 (um) Sanitário Masculino com três cabines, 01 (um) Sanitário Feminino com três cabines, 01 (um) Sanitário Especial; 01 (uma) Sala para Instrutores com duas cabines para computadores; 01 (uma) Biblioteca com mini cyber disponível aos alunos com 04 (quatro) computadores; 01 (um) Vestuário para Servidores; 01 (uma) Copa para os Servidores; 01 (uma) área de estar com Cantina e, sala da Gerência do Centro de Educação Profissional, Supervisão Pedagógica e Apoio Administrativo.

Na cidade de Caxias, o Senac possui 01 (uma) sala de aula convencional com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) Laboratório de Beleza/Saúde com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) Auditório com capacidade para 100 pessoas (reversível para duas salas de aula convencionais); 01 (uma) sala de leitura; 01 (um) Laboratório de Informática com 18 computadores; 01 (uma) sala de professor; 01 (um) Almojarifado; uma área de estar com Cantina e Hall de Entrada; uma secretaria e sala da gerência do centro.

O Senac em Bacabal possui para desenvolvimento de suas atividades 02 (duas) salas convencionais com capacidade para 30 pessoas; 01 (um) laboratório de Saúde e Imagem Pessoal com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) salão de Beleza com capacidade para 25 pessoas; 01 (um) Auditório com capacidade para 80 pessoas (reversível para duas salas de aula convencionais); 01 (um) Laboratório de Informática com 18 computadores e 01 (uma) sala de leitura.

Em Santa Inês, o Senac funciona com 01 (uma) Recepção, 01 (uma) Secretária de Curso; 01 (uma) Copa, 01 (um) Salão de Beleza (com capacidade para 25 alunos), 01 (um) laboratório de informática (capacidade para 15 alunos) e 03 (três) salas de aula convencionais (capacidade para 25 alunos).

No município de Balsas, existe um Posto Avançado de Educação Profissional com a seguinte estrutura: 03 (três) salas de aulas convencionais; 02 (duas) laboratórios, sendo um de Informática e outro de Beleza; sala para a Gerência do Centro, Supervisão Pedagógica e Apoio Administrativo; 01 (um) depósito e 03 (três) banheiros, sendo um masculino, um feminino e outro para uso dos docentes.

Quanto ao Posto Avançado de Codó, o mesmo apresenta-se com 03 (três) salas de aulas convencionais; 03 (três) laboratórios - Informática, Beleza e Costura; 01 (um) Depósito; Espaço de convivência; 01(uma) Cantina; 05 (cinco) banheiros, dentre os quais são 02 (dois) masculinos e 02 (dois) femininos e 01 (um) para pessoas com deficiência.

No município de Timon, o Posto Avançado possui 02 (duas) salas de aulas convencionais; 03 (três) laboratórios – Moda, Beleza e Informática; 01 (uma) sala para docentes; 01 (uma) sala para a Gerência e Apoio Administrativo; 01 (um) Depósito; 01 (uma) sala para Secretaria e 05 (cinco) banheiros, sendo 02 (dois) masculinos, 02 (dois) femininos e 01 (um) para pessoas com deficiência.

Além das unidades educacionais, o Senac-MA possui o Senac Móvel devidamente equipado que por meio das Carretas Escola oportunizam qualificação profissional para diversos municípios do Estado que não possuem unidades fixas, conforme pode-se verificar abaixo:

- ✓ Carreta-Escola de Moda e Beleza – 02 unidades;
- ✓ Carreta-Escola de Turismo e Hospitalidade – 01 unidade;
- ✓ Carreta-Escola de Administração e Informática – 01 unidade;

Por meio dessas 04 (quatro) carretas, são ofertados cursos nos eixos tecnológicos Ambiente e Saúde, Turismo, Hospitalidade e Lazer e Informação e Comunicação, destinados a realizar atividades pedagógicas com a mesma qualidade das demais unidades do regional.

Ambiente Pedagógico

O ambiente escolar é um local privilegiado para a transformação que possibilitará às escolas de Educação Profissional responder, com agilidade e flexibilidade, às rápidas e permanentes modernizações do sistema produtivo. Daí a importância da organização de um espaço pedagógico que permita o desenvolvimento do educando, dando-lhe suporte para a realização de explorações, garantindo-lhe identidade, segurança, confiança e promovendo oportunidades de construção de conhecimentos.

O cuidado com o ambiente pedagógico torna-se, portanto, imprescindível ao processo ensino-aprendizagem, devendo dispor de mobiliário adequado e recursos didáticos variados e estimuladores da ação educativa. Deve, ainda, ser acolhedor, de modo a proporcionar funcionalidade e harmonia.

O Senac-MA oferece aos alunos espaços pedagógicos adequados a uma educação de qualidade. A estrutura desses espaços possibilita a apropriação das competências necessárias à laboralidade, bem como a inclusão social.

A Instituição investe também em empresa pedagógica, que, além de permitir ao aluno uma vivência real do trabalho, é aberta ao público e oferece um serviço de qualidade, a exemplo da empresa pedagógica Restaurante Escola.

Para dar suporte às ações desenvolvidas pelas unidades educacionais, o regional possui biblioteca nas dependências do Centro de Educação Profissional de São Luís, Imperatriz e do Restaurante Escola. Os centros de Caxias e Ba

possuem Sala de Leitura, constituindo-se em um espaço organizado e acolhedor para os discentes.

Atualmente, o acervo contempla todos os eixos tecnológicos trabalhados pelo Senac-MA, sendo as publicações mais procuradas os livros, jornais, revistas, TCCs, obras de referência e DVDs. Os principais serviços oferecidos são orientações aos usuários quanto à constituição do acervo e sua utilização; consulta à Base de Dados Bnweb; visita guiada à biblioteca; normalização de Trabalho de Conclusão de Curso; empréstimo automatizado e disseminação Seletiva da Informação/Divulgação.

ANEXO B
Ficha Cadastral de Alunos com deficiência

FICHA CADASTRAL DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

LEIA COM ATENÇÃO ANTES DE INICIAR O PREENCHIMENTO DESTA FICHA

CÓD. DA TURMA:

CURSO:

NOME COMPLETO:

A DEFICIÊNCIA DO ALUNO É CARACTERIZADA COMO:

DEFICIÊNCIA AUDITIVA: SIM NÃO

PRÓTESE AUDITIVA: SIM NÃO

GRAU: LEVE - entre 20 e 40 dB

1º GRAU - 90 dB

LIBRAS: SIM NÃO

MÉDIA - entre 40 e 70 dB

2º GRAU - entre 90 e 100 dB

NÍVEL: BÁSICO

SEVERA - entre 70 e 90 dB

3º GRAU - mais de 100 dB

INTERMEDIÁRIO

PROFUNDA - mais de 90 dB

AVANÇADO

DEFICIÊNCIA FÍSICA: SIM NÃO

TIPO: AMPUTAÇÃO/AUSÊNCIA DE MEMBROS

DEFORMIDADE DE MEMBROS (congenita ou adquirida)*

PARAPLEGIA PARAPARESIA

TRIPLEGIA

TETRAPARESIA

NANISMO

MONOPLÉGIA MONOPARESIA

TRIPARESIA

PARALISIA CEREBRAL

HEMIPLEGIA HEMIPARESIA

TETRAPLEGIA

OSTOMIA (Colostomia/Urostomia)

*Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto MTE, nº 5296 / 04, art.5º, §1º, I, "a", c/c Decreto nº 3298 / 99. art.4º, I.)

DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: SIM NÃO

GRAU: LEVE

SEVERO OU GRAVE

MODERADO OU MÉDIO

DOENÇA MENTAL* (_____)

*ATENÇÃO: Doença Mental refere-se à qualquer anormalidade, sofrimento ou comprometimento de ordem psicológica e/ou mental. Ex.: Esquizofrenia, Psicose, Depressão e etc.

DEFICIÊNCIA VISUAL: SIM NÃO

CARACTERÍSTICA: MONOCULAR BIOCULAR

TIPO: CEGUEIRA

GRAU: LEVE

BRILLE: SIM NÃO

BAIXA VISÃO

MODERADO

NÍVEL: BÁSICO

DALTONISMO

PROFUNDO

INTERMEDIÁRIO

CAUSA: CONGÊNITA

AVANÇADO

ADQUIRIDA

RECURSOS: ÁUDIO-LIVRO

MATERIAL DIDÁTICO EM BRAILLE

SOROBAN

PROGRAMA LEITOR DE TELA (_____)

MATERIAL DIDÁTICO AMPLIADO (fonte/tamanho: _____)

DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: SIM NÃO

TIPO: AUTISMO/D. AUDITIVA D. INTELLECTUAL/D. AUDITIVA D. MENTAL/D. AUDITIVA
 AUTISMO/D. FÍSICA D. INTELLECTUAL/D. FÍSICA D. MENTAL/D. FÍSICA
 AUTISMO/D. INTELLECTUAL D. INTELLECTUAL/D. VISUAL D. MENTAL/D. VISUAL
 AUTISMO/D. VISUAL D. FÍSICA/D. AUDITIVA D. FÍSICA/D. VISUAL
 SURDOCEGUEIRA SURDOCEGUEIRA/D. INTELEC. SURDOCEGUEIRA/D. MENTAL
 OUTROS (_____)

OUTRAS DEFICIÊNCIAS/SÍNDROMES/DISTÚRBIOS/TRANSTORNOS: SIM NÃO

AUTISMO DISCALCULIA DISLEXIA
 EPILEPSIA SÍNDROME DE ASPERGER SÍNDROME DE DOWN
 OUTROS (_____)

OUTRAS INFORMAÇÕES:

MOBILIDADE: ANDADOR BENGALA CADEIRA DE RODAS CÃO-GUIA
 MULETAS PRÓTESES OUTROS (_____)
MEDICAÇÃO: SIM NÃO ALERGIA: SIM NÃO
TIPO/DOSAGEM: _____ TIPO: _____
CRISES CONVULSIVAS: SIM NÃO
CRISES AGRESSIVAS: SIM NÃO

DATA: ____ / ____ / ____

"DECLARO QUE AS INFORMAÇÕES, AQUI PRESTADAS, SÃO A EXPRESSÃO DA VERDADE".

ALUNO OU RESPONSÁVEL

SUPERVISOR/A

GERÊNCIA/COORDENAÇÃO

OBSERVAÇÕES: